

Cursos técnicos do pronatec e teoria do capital humano: caminho para a conformação em meio à precarização

Pronatec technical courses and human capital theory: path to conformation amid precarization

André Luís Gonçalves Pereira¹

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia,
Recife, PE, 50000000, Brasil

Resumo: A Teoria do Capital Humano em sua versão nova que aponta para a empregabilidade e não para os empregos, com um grande foco no “empreendedorismo”, é o elemento fundamental dos cursos profissionalizantes no Brasil, notadamente do Pronatec. Analisamos cursos técnicos ofertados no Campus Vitória de Santo Antão do IFPE e identificamos uma oferta precária, bem diferente do que ocorre nos cursos técnicos regulares da instituição. Precariedade que fica explícita na inexistência de equipamento básicos para as aulas. Os egressos constatarem que a promessa de empregabilidade, difundida pelo Pronatec e fortemente alardeada pelos projetos pedagógicos dos cursos, simplesmente não era verdadeira. Percebe-se dessa forma que o binômio formação precarizada e busca pela conformação da classe-que-vive-do-trabalho, tão comum nas políticas públicas de formação profissional no Brasil. Tem no Pronatec um novo capítulo.

Palavras-chave: IFPE. Pronatec. Cursos técnicos. Precarização. Teoria do Capital Humano.

Abstract: The Human Capital Theory in its new version that points to employability rather than jobs, with a strong focus on “entrepreneurship” is a fundamental element of professional courses in Brazil, notably at Pronatec. We analyzed technical courses offered at IFPE's Vitória de Santo Antão Campus, and identified a precarious offer, very different from what occurs in the institution's regular technical courses, a precariousness that is evident in the lack of basic equipment for classes. Graduates found that the promise of employability, disseminated by Pronatec and heavily touted by the courses' pedagogical projects, was simply not true. It can be seen in this way that the binomial of precarious training and the search for the formation of the class-that-lives-from-work, so common in public professional training policies in Brazil. Pronatec has a new chapter.

¹ Doutorando em educação na linha de pesquisa " Política Educacional, planejamento e gestão da educação" (UFPE). Professor de Língua Espanhola do IFPE e Coordenador de Extensão com os Povos do Campo desta Instituição. Mestre em educação (UFPE). Faz parte do grupo de pesquisa Qualificação Profissional e Relações entre Trabalho e Educação da UFPE e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: Educação Física, Esporte e Lazer do Instituto Federal de Pernambuco. Representa o IFPE No Comitê Pernambucano de Educação do Campo e no Conselho de Educação Indígena de Pernambuco. E-MAIL: andre.pereira@reitoria.ifpe.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0460-2415>



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Keywords: IFPE. Pronatec. Technical courses. Precariousness. Human Capital Theory.

1. Introdução

No final da segunda grande guerra mundial, o capitalismo, atento às conquistas sociais advindas do chamado “socialismo real”, foi obrigado a fazer concessões nos países da Europa Ocidental aos trabalhadores e trabalhadoras para poder introduzi-los no mercado consumidor. Segundo Alves (2007) esse período que foi a “idade de ouro” do capitalismo moderno, onde se buscava o pleno emprego e o “Estado de Bem-Estar Social”. É nessa conjuntura que desponta a “Teoria do Capital Humano”.

No Brasil, onde esse “Estado” de fato nunca existiu, houve uma sucessão de conquistas para a classe trabalhadora que fortaleceram os direitos dos espoliados e sua inserção nas cidades a partir da década de 1930. Mesmo assim, reverberava no país a citada teoria com a promessa de cumprir a integração plena dos trabalhadores à sociedade.

Em sua segunda versão, em tempos de acumulação flexível e neoliberalismo, a promessa da Teoria do Capital Humano é bem mais tímida, mas não menos funcional ao bloco histórico dirigente: empregabilidade no lugar de emprego e precarização no lugar de direitos conquistados. Tudo isso envolto em uma atmosfera de “fim da história!” que leva os trabalhadores a aceitarem esse discurso e dentro dele fazerem suas opções políticas, educacionais e sociais.

A formação profissional deve, para o capital, estar baseada nos novos paradigmas dessa Teoria, onde cada ser vai acumulando e aprimorando seu “capital humano” e onde expressões como “aprender a aprender” e “ser um empreendedor de si mesmo” ganham uma dimensão de verdades absolutas e irrefutáveis. O bloco dirigente se exime da responsabilidade de ofertar condições de trabalho dignas para todos e responsabiliza os que-vivem-do-trabalho por seus êxitos ou fracassos.

Empregabilidade é o eufemismo da desigualdade estrutural que caracteriza o mercado de trabalho e que sintetiza a incapacidade -também estrutural- da educação em cumprir sua promessa integradora numa sociedade democrática é o novo senso comum sobre o trabalho, o emprego, a educação e sobre a própria individualidade [...] A teoria do capital humano promoveu deslocamento da ênfase da função da escola como âmbito da formação para o emprego [...] tal deslocamento permitiu a progressiva



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

aceitação de que a educação e o desemprego, a educação e a distribuição regressiva da renda social, a educação e a pobreza podem conviver num vínculo conflitante porém funcional com o desenvolvimento e a “modernização” (Gentili, 2005 p. 65).

As iniciativas de formação profissional promovidas no Brasil costumam ter em suas bases, de maneira mais ou menos explícita, a Teoria do Capital Humano. No caso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) que teve início em 2011 materializando um ambicioso programa de qualificação profissional presente em diferentes regiões do país e desenvolvendo uma série de ações voltadas ao ensino profissionalizante, a adesão aos princípios desse pensamento hegemônico é bastante perceptível.

Um dos grandes problemas das políticas públicas direcionadas à qualificação dos trabalhadores é a expansão da educação profissional subordinada diretamente aos interesses do capital. O Pronatec está relacionado a uma profusão de programas e iniciativas governamentais em diversos níveis. Iniciativas que devido à sua fragmentação e ausência de complementaridade mostram a grave problemática resultante da não existência de um sistema nacional de educação no Brasil.

Sua implementação é executada de forma inconstante ao longo dos anos, estando sujeita aos condicionamentos sociais, econômicos e políticos. É possível identificar três fases do Pronatec: a) a oferta vertiginosa de vagas, notadamente de cursos FIC, de 2011 a 2014; b) o declínio da oferta entre 2015 e 2016; c) o período pós contrarreforma do ensino médio iniciado em 2017 (Silva; Moura, 2022).

O Pronatec apresenta dois eixos: o financiamento às entidades privadas (mais de 70% das vagas ao longo dos anos foi ofertada pelo “Sistema S” ou outras empresas educacionais) e a busca pela maior conformação da classe trabalhadora. Nesse sentido busca, dentro da nova configuração da Teoria do Capital Humano, responsabilizar individualmente os subalternizados pela sua realidade profissional precária.

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social (Frigotto, 1993, p.41).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Os Institutos Federais destacam-se entre as instituições públicas que mais ofertaram vagas em cursos do Pronatec. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) já ofertou cursos do Programa em todos os seus 16 campi e a modalidade mais executada são os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Além da oferta direta de cursos, a “terceira expansão” (uma das ações vinculadas ao Pronatec) criou seis novos campi do Instituto na Região Metropolitana do Recife a partir de 2013. Unidades educacionais que nasceram em prédios cedidos ou alugados e com dificuldades de estrutura e pessoal. Uma década depois de sua implementação, há um campus que segue em seu edifício provisório por falta de acessibilidade à sede definitiva construída, outro campus que sequer teve iniciada a construção de sua edificação definitiva e outros campi que seguem em fase de finalização das obras das sedes próprias, ainda que nestas estruturas já realizem suas atividades.

A nossa pesquisa concentrou-se no *Campus* do IFPE de Vitória de Santo Antão, município do interior de Pernambuco situado na Zona da Mata deste estado. Esta cidade conta com população de 134.084 habitantes (IBGE, 2023). A radiografia social do município é bastante preocupante.

Em 2021, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 19.79%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 25 de 185 e 14 de 185, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2715 de 5570 e 1579 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 46.7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 150 de 185 dentre as cidades do estado e na posição 1925 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2022).

No Pronatec, O *Campus* Vitória de Santo Antão do IFPE oferece predominantemente cursos FIC. Os únicos cursos técnicos ofertados pela instituição, na modalidade concomitante ao ensino médio, foram o objeto de nossa pesquisa: o curso de Técnico em Alimentos e o de Técnico em Segurança do Trabalho. Ambos foram iniciados em 2012 e a seleção dos alunos foi de responsabilidade da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE-PE). No citado *Campus* são também ofertados (de maneira regular) cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos subsequentes, na modalidade Proeja e cursos de nível superior.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

A problemática central do nosso trabalho é investigar de que forma a teoria do capital humano está relacionada à implementação dos cursos técnicos do Pronatec no *campus* Vitória de Santo Antão do IFPE e como se apresentam sua relação com a conformação junto a egressos e professores do programa dentro de um processo de precarização.

Nossa pesquisa teve como objetivo identificar nos cursos do Pronatec investigados as bases da Teoria do Capital Humano relacionadas com a precarização e a conformação.

2. Metodologia

Em nossa pesquisa utilizamos o referencial teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético. Triviños (1989) destaca que este referencial busca explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos naturais, sociais e do pensamento, buscando através do enfoque dialético mostrar como se transforma a matéria, estudando o que caracteriza a vida na sociedade, sua evolução histórica e a prática social humana. Nos parece que este referencial é o que está mais adequado para a nossa pesquisa, por ser necessária uma visão histórica sobre a sociedade e sua relação com a educação profissional, ao mesmo tempo que é importante relacionar aos diversos aspectos presentes na realidade, em um movimento que mostre estes aspectos dialeticamente como parte de uma totalidade social.

O entendimento do que seja o método dialético materialista inicia sua explicitação mediante a questão: como se reproduz concretamente um fenômeno social? ou seja, quais as “leis sociais”, históricas, quais as forças reais que o constituem enquanto tal? esta questão indica, ao mesmo tempo, no âmbito das ciências humano-sociais, o caráter sincrônico e diacrônico dos fatos, a relação sujeito e objeto, em suma, o caráter histórico dos objetos que investigamos (Frigotto, 1989 p.78).

Procuramos inicialmente fazer uma seleção dos documentos necessários para subsidiar nossa pesquisa. Consideramos documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação (Alves-Mazotti; Gewandsznajder, 2002). Dividimos os documentos segundo a classificação de Duffy (2010), que destaca que estes podem ser fontes primárias ou secundárias. As primárias são destacadas pelo pesquisador como as que sejam produzidas durante o período a ser investigado, já as secundárias consistem na interpretação de eventos deste período.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Nosso principal instrumento de análise foram as entrevistas semiestruturadas. Neste instrumento não se espera a limitação das respostas dos entrevistados nem que respondam a tudo da mesma maneira, sendo o entrevistador livre para deixar os entrevistados responderem às questões da maneira desejada, oferecendo a oportunidade para qualquer esclarecimento (MOREIRA, 2006). Realizamos entrevistas com 12 egressos (seis de cada curso técnico investigado), 03 docentes, 02 gestores do Pronatec no *Campus* Vitória de Santo Antão, a gestora da escola estadual onde os egressos cursaram o ensino médio, o coordenador do Pronatec na SEE-PE e a coordenadora geral do Pronatec no IFPE. Estas entrevistas foram realizadas por um período de três meses, havendo a necessidade de visitar nove egressos em suas casas e três egressos em seus locais de trabalho. A totalidade dos docentes e gestores foi entrevistada em seus locais de trabalho, havendo uma boa receptividade para com o pesquisador da parte de todos, o que muito facilitou nossa investigação.

Os sujeitos foram eleitos para participarem da investigação por diferentes razões. No caso dos egressos, escolhemos de maneira aleatória os 12 entrevistados com base na relação de alunos fornecida pelo IFPE. O número nos pareceu representativo, por abranger 37,5% dos que concluíram os cursos. Os gestores foram escolhidos pela importância do cargo ocupado para a dinâmica do funcionamento do Pronatec no IFPE *Campus* Vitória de Santo Antão. No caso dos docentes, foram entrevistados 21,05% dos mesmos, o que foi bastante satisfatório para nossos objetivos.

Buscamos nas entrevistas com os egressos e docentes a percepção que os mesmos tinham sobre diferentes aspectos dos cursos técnicos ofertados. Nosso foco ao entrevistar os gestores vinculados ao IFPE foi um pouco distinto: apesar de estarmos atentos a todos os eventos ocorridos no Programa por eles relatados, tínhamos como objetivo obter a visão oficial do *Campus* Vitória de Santo Antão e do Instituto com relação aos diferentes acontecimentos relacionados à implantação dos cursos técnicos investigados. Também se mostrou importante nestes depoimentos o acesso a uma série de dados e informações não disponíveis em documentos oficiais do Programa. Para Ludke & André (1986), este instrumento de pesquisa tem um caráter de interação entre o pesquisador e o entrevistado,



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

tendo a grande vantagem de captar de maneira imediata a informação desejada sobre os mais diferentes tópicos.

3. Análise e discussão de resultados

A grande problemática atual para a classe-que-vive-do-trabalho é descobrir como adquirir um emprego digno, como “um mínimo” de precarização e também como se livrar do infortúnio de estar durante longo tempo em situação de desemprego ou desalento. Em sua forma tardia, o capital oferta para essa massa multifacetada e faminta de direitos muitas promessas e poucas ações reais. Para a classe dirigente, não é possível mais a manutenção das mínimas conquistas fordistas do século XX e ao mesmo tempo é imperioso para os mamíferos de luxo o consentimento das multidões espoliadas à sua própria sujeição.

Ao analisar a implementação das iniciativas de educação profissional nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, Kuenzer (2006) vai destacar que a formação precarizada para trabalhadores igualmente precarizados constituiu a tônica destas iniciativas. Destaca a pesquisadora que “é possível indicar a continuidade de propostas precárias de Educação Profissional para legitimar a inclusão em trabalhos precarizados, de modo que se alimente o consumo predatório da força de trabalho” (p. 906). Identificamos que nada muda no governo capitaneado por Dilma Rousseff. A investigadora citada, em outro texto, chama a atenção para diferentes aspectos da proposta de qualificação profissional predominante no Brasil nas últimas três décadas, ressaltando a grande quantidade de programas e a sua real funcionalidade.

A formulação de políticas públicas passa a ser substituída pela proposição de programas que, além de fragmentarem as ações, duplicam financiamentos e estruturas para as mesmas finalidades, sem que haja controle de sua efetividade social. Ou seja, guardando coerência com as categorias anteriormente citadas, a flexibilização também atinge a esfera do financiamento, que passa a contemplar ações fragmentadas, desarticuladas e duplicadas que contemplam intervenções pontuais, as quais, obedecendo à lógica do presentismo, abandonam os projetos de longo prazo orientados pelas utopias (Kuenzer, 2007, p. 1175).

Um conjunto de aspectos é responsável para garantir uma formação de qualidade. A estrutura física de uma instituição educacional é um destes aspectos determinantes e também é um forte indicador da opção política governamental. Longe de ser algo cosmético e



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

superficial, a ausência ou presença de certos equipamentos na escola pode ser fundamental para a melhoria do ensino e para o acesso e permanência dos alunos. Um bom exemplo disso é o alojamento do *Campus* Vitória de Santo Antão do IFPE. Sem sua presença, muitos estudantes não teriam condições de permanecer nos cursos regulares ofertados na unidade educacional, pela distância de seu local de moradia. Gramsci (1982) alertava as mudanças na escola como necessárias, ressaltando que essas mudanças passam pela estrutura, pois as escolas devem contar com farto material bibliográfico, prédios adequados e instrumentação científica. Entende-se então uma boa estrutura física como essencial para o desenvolvimento de um curso técnico voltado para a classe trabalhadora.

As instituições federais de ensino médio e superior no Brasil, através das décadas, se apresentam de forma prevalente com uma estrutura superior às instituições vinculadas a outras redes públicas e à rede privada. As antigas Escolas Técnicas Federais e as outrora denominadas Escolas Agrícolas ou Agrotécnicas destacavam-se pela excelência nas suas instalações físicas. A instituição de uma escola federal em uma localidade a torna referência do lugar, notadamente nas cidades do interior do país. Ao analisar as questões relativas à estrutura na educação, Paro (2007) ressalta que a estrutura não é neutra para fins educacionais, e identifica nela um dos maiores focos de resistência à democratização da escola, vendo como fundamental uma mudança na estrutura escolar para a implantação de políticas públicas com objetivos democráticos.

Os *campi* agrícolas dos Institutos Federais (IFs), como o campus estudado, herdaram a estrutura das antigas Escolas Agrotécnicas e possuem uma extensa área destinada ao trabalho no campo. Os alunos têm à disposição uma série de equipamentos não disponíveis em boa parte de outras unidades dos IFs. Alojamentos para alunos internos e semi-externos, cursos de ensino técnico integrado em período integral, auxílio financeiro e restaurantes gratuitos facilitam o acesso e a permanência nestas instituições. Lima (2012) defende que a oferta de ensino médio da rede pública federal permite uma oferta não mercantil e de qualidade, permitindo à classe trabalhadora o duplo papel de inserção produtiva e prosseguimento dos estudos. Esta educação de qualidade ofertada é paradoxal à história do crescimento das redes públicas estaduais.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Essa percepção de que a “qualidade” das instalações dos Institutos Federais é superior à das escolas de ensino médio da rede estadual e municipal faz parte do senso comum. Tal fato ocorre em Vitória de Santo Antão, mas, como afirma Gentili (1994), a qualidade não é algo que tenha um sentido único, e pode ter diversas interpretações em uma sociedade de classes, onde o novo discurso de qualidade deve inserir-se na democratização do direito à educação. Reforça ainda o pesquisador argentino a percepção de que qualidade para poucos não é qualidade, e sim privilégio, isso leva a luta contra a dualidade social ser uma luta pela efetiva qualificação escolar. Diferentes dimensões interiores e exteriores à escola compreendem a qualidade na educação e essa noção de qualidade está ligada a uma perspectiva histórica da ampliação da educação como direito (Oliveira, 2009).

O Pronatec tem como um dos seus objetivos “aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional” (BRASIL, 2011). Seria de se esperar, de acordo com própria diretriz governamental, uma oferta qualitativamente ainda mais atraente. Os cursos técnicos estudados aproveitam boa parte da estrutura do IFPE, tida como estrutura “de qualidade”, para seu desenvolvimento.

A estrutura dos cursos técnicos em geral é igual à oferecida para os alunos dos cursos regulares. Esta realidade é importante para a autoestima dos estudantes do Programa, pois eles se sentem prestigiados e em igualdade de condições com relação aos alunos regulares. Quando indagados se há alguma diferença entre a estrutura oferecida aos alunos regulares do Instituto e aos que cursam o Pronatec, assim responderam os docentes:

Não, não, não. Eu não cheguei a observar, até porque na reunião que tivemos com a coordenação do PRONATEC, eles foram bastante claros com relação às necessidades, que a gente teria de oferecer as mesmas condições. Inclusive o mesmo veículo que leva os nossos alunos, pegava o pessoal do PRONATEC. Absolutamente tudo era igual. O que eles tinham a mais, era a questão da bolsa que eles recebiam, mas a condição era exatamente a mesma (D2).

A estrutura foi normal (D1).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Igual. Com certeza. Isso eu não tenho nem dúvida (D3).

A disponibilidade da mesma estrutura para os alunos do Pronatec e dos cursos regulares é garantida pelo Regimento Interno das Ações da Bolsa Formação do Pronatec no IFPE:

É assegurado aos estudantes, de cursos FIC e técnicos, o acesso pleno à infraestrutura educativa, recreativa, esportiva, cultural ou de outra natureza das unidades ofertantes, especialmente biblioteca, laboratórios de informática e quadras esportivas, sem quaisquer restrições específicas (IFPE, 2014, p. 10).

Outros documentos são importantes para analisar a infraestrutura oferecida aos estudantes dos cursos técnicos: o Plano de Curso e o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Com relação à infraestrutura exigida para o curso de Técnico em Alimentos, o Catálogo Nacional exige: “Biblioteca com acervo específico e atualizado, Laboratório de análise sensorial, Laboratório de informática com programas específicos, Laboratório de microbiologia, Laboratório de produção alimentícia, Laboratório de química” (MEC, 2015). O Plano de Curso destinado à formação dos técnicos em alimentos assegura que o campus tem estes equipamentos, e detalha todos os materiais disponíveis para as aulas.

Na unidade educacional estudada uma dicotomia nos chama atenção: o curso Técnico em Alimentos conta com toda a estrutura física dedicada ao curso técnico em agroindústria, oferecido regularmente pela instituição nas modalidades integrado e subsequente há mais de vinte anos. Já o outro curso do Programa (Técnico em Segurança do Trabalho) não conta com tradição, nem tampouco estrutura da instituição, já que a mesma nunca o ofereceu regularmente.

Os técnicos em segurança do trabalho em todos os seus depoimentos mostraram insatisfação com as condições de infraestrutura proporcionadas. Pontualmente se tecem algumas considerações elogiosas à estrutura do Instituto Federal, mas a percepção prevalente é a de um curso oferecido de forma precária:

A infraestrutura eles não deram a gente. [...] Técnico em Alimentação tinha toda infraestrutura, lá porque eles já têm ali



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

alimento, já têm tudo. A gente não, não tinha infraestrutura igual ao que o Técnico de “Alimentação” tinha (E2ST).

A gente tinha que sair porque lá não tinha... [...] implantaram o curso, mas não tinha uma estrutura qualificada para [...] o curso de Segurança do Trabalho. Por exemplo, a gente não teve a disciplina de Combate a Incêndio, que é uma das principais da área (E5ST).

Lá no IFPE Vitória, não tem laboratório para o Técnico de Segurança do Trabalho. O refeitório era fechado à noite, e a gente só ficava nas salas mesmo (E4ST).

As salas de aula são todas equipadas, são boas, a biblioteca também [...] só o que a gente não achava legal era a maioria dos laboratórios. Porque tinha equipamento que tava lá parado, como eu já disse, a gente foi fazer o mapa de risco, e a gente viu muita coisa irregular nos laboratórios (E5ST).

Interessante a percepção dos egressos sobre a diferenciação entre um curso ofertado que já conta com uma estrutura consolidada no campus e um curso que nele é ofertado pela primeira vez, mostrando essa falta de estrutura como determinante para a não qualidade da aprendizagem, como no caso do egresso responsável por citar uma disciplina não oferecida por não haver lugar onde isso ocorresse.

Perceber a clara diferenciação entre um curso com algumas deficiências de infraestrutura e outro praticamente sem contar com ela também é evidente nas falas do gestor e de um dos docentes:

A gente tem cursos que partiram do perfil profissional do próprio Campus, ou seja, o PRONATEC foi montado com uma linha de cursos que o Campus já ofertava, a não ser o curso Técnico em Segurança do Trabalho (G1).

A estrutura eu considero boa, porque a gente já tem o curso de Agroindústria aqui e é também na área de alimentos, e toda estrutura do curso foi oferecida também para os alunos. Então foi um curso bom, em termos de estrutura e de pessoal, um curso bem interessante (D2).

Podemos apreender dos depoimentos de gestores, docentes e egressos duas constatações em relação à estrutura física oferecida no Campus: Os técnicos em alimentos,



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

por contar com a estrutura oferecida aos alunos regulares do IFPE, tiveram problemas pontuais em sua aprendizagem relacionada a essa estrutura. Os técnicos em segurança do trabalho tiveram na negação dessa estrutura importante complicador para sua formação e a não oferta de condições adequadas já estava prevista no plano de seu curso, o que mostra uma precarização “normalizada”. A oferta de cursos Pronatec em instituições que não oferecem todos os equipamentos adequados não é particular ao IFPE.

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos determina que para a execução do curso de Técnico em Segurança do Trabalho, pertencente ao eixo tecnológico segurança, a estrutura necessária é composta de: biblioteca com acervo específico e atualizado, laboratório de informática com programas específicos, laboratório de combate a incêndio, laboratório de higiene e segurança do trabalho e laboratório de suporte básico à vida. Nenhum está presente no *Campus* Vitória de Santo Antão, o que levou os cursistas a se deslocarem regularmente ao Campus Caruaru do IFPE, e muito esporadicamente ao *Campus* Ipojuca do Instituto, pois estas unidades oferecem este curso técnico desde sua fundação e somente lá eram efetivadas as práticas relacionadas ao curso, bem como o acesso ao acervo bibliográfico. Este deslocamento estava previsto no Plano do Curso, como podemos observar abaixo:

Para atender as necessidades de aulas práticas essenciais à formação do Técnico em Segurança do Trabalho, o *Campus* possui laboratórios de Informática e realizou parceria com o *Campus* Caruaru, que dispõe dos seguintes laboratórios: 1. Laboratório de Higiene Industrial e Medicina do Trabalho; 2. Laboratório de Proteção Contra Incêndio [...] o Campus Vitória de Santo Antão conta com uma biblioteca que atende a totalidade dos cursos técnicos atualmente ofertados. Com relação ao acervo específico para o curso de Segurança do Trabalho, utilizaremos, por meio de parceria firmada, a biblioteca do *Campus* Caruaru (IFPE, 2012).

Como exposto no início desta seção, a estrutura não se refere unicamente aos equipamentos físicos ofertados. Para Dourado e Oliveira (2009), cabe ao Estado garantir ações que favoreçam a aprendizagem e o efetivo acesso à escola, como o fornecimento de material didático, refeições, atendimento à saúde, segurança e transporte escolar. Várias destas ações costumam ser negligenciadas ou simplesmente não ofertadas por várias instituições educacionais.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

As condições de oferta do ensino — referem-se à garantia de instalações gerais adequadas aos padrões de qualidade, definidos pelo sistema nacional de educação em consonância com a avaliação positiva dos usuários; ambiente escolar adequado à realização de atividades de ensino, lazer e recreação, práticas desportivas e culturais, reuniões com a comunidade etc.; equipamentos em quantidade, qualidade e condições de uso adequadas às atividades escolares; biblioteca com espaço físico apropriado para leitura, consulta ao acervo, estudo individual e/ou em grupo, pesquisa on- line, entre outros; acervo com quantidade e qualidade para atender ao trabalho pedagógico e ao número de alunos existentes na escola; laboratórios de ensino, informática, brinquedoteca, entre outros, em condições adequadas de uso; serviços de apoio e orientação aos estudantes; condições de acessibilidade e atendimento para portadores de necessidades especiais; ambiente escolar dotado de condições de segurança para alunos, professores, funcionários (Dourado; Oliveira, 2009, p. 208).

Diferentes documentos revelam as intenções e perspectivas de uma política pública. Por vezes é preciso observar de forma muito minuciosa as entrelinhas do que emerge em textos oficiais para uma adequada interpretação. No Campus Vitória de Santo Antão do IFPE, os Projetos Pedagógicos dos cursos técnicos do Pronatec dispensam esse grau de detalhamento pois estão explícitas suas intenções e fundamentação teórica, como podemos ver no seguinte fragmento, do Curso Técnico em Alimentos, ao detalhar o que será possível para os egressos:

As seguintes vantagens: **Garantia de colocação dos egressos do Curso no mercado de trabalho da região e/ou outros estados; Necessidade crescente, no mercado de trabalho, de profissionais qualificados nas áreas respectivas** (IFPE, 2012, p. 6, grifos nossos).

O Plano do Curso Técnico em Segurança do Trabalho também reforça o dito no documento anterior, ainda que de forma menos enfática:

O Técnico em Segurança do Trabalho encontra ampla inserção no mercado de trabalho, podendo compartilhar equipe multidisciplinar voltada à promoção da segurança e a saúde nos ambientes de trabalho, participando ativamente do controle de fatores de riscos que possam comprometer a saúde e a Produtividade (IFPE, 2012, p.15, grifos nossos).

Os projetos citados mostram como a Teoria do Capital Humano está entranhada nos cursos. A responsabilização individual sobre o êxito ou fracasso profissional em um contexto onde se promete desde a “ampla inserção” até a “garantia” para o jovem cursista é fundamental para a tentativa de fazer perecer qualquer forma de organização coletiva que busque emprego e,



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

necessariamente, se confronte com a hegemonia do capital. Essa é uma das finalidades do Pronatec.

Como já foi ressaltado, é importante observar a qualificação profissional em sua totalidade, e, principalmente como se relaciona com a economia e os ditames requeridos pelo tempo histórico em que é desenvolvida. Em sua anterior versão, a Teoria do Capital Humano (TCH) prometia empregos, “de carteira assinada” e uma mobilidade entre empresas muito restrita. Em tempos de acumulação flexível a promessa é diferente.

Na nova Teoria do Capital Humano o indivíduo é um consumidor de conhecimentos que o habilita a uma competição produtiva e eficiente no mercado de trabalho, a possibilidade de obter uma inserção depende da capacidade do indivíduo em consumir aqueles conhecimentos que lhe garantam uma inserção (Gentili, 2005, p 39).

A verdade sobre as promessas feitas nos planos de cursos é mostrada quando analisamos a situação profissional dos egressos: apenas um conseguiu novo emprego após a conclusão do curso, ainda assim em uma atividade correlata (operadora de máquinas). Os demais seguem em funções precarizadas que já exerciam antes da realização do curso (balconista, atendente, operadora de caixa) ou permanecem desempregados. Os depoimentos são impactantes e mostram, parafraseando Pablo Gentili a frustração pela promessa integradora desintegrada: “*a gente que tem o curso fica mais fácil arrumar um emprego, mas diretamente na linha de produção*” relata a estudante que é operadora de máquinas. Os demais não escondem seu desalento quando indagados sobre se há oferta de emprego: “*se há eu não fui informado ainda. Até agora eu não vi*” (E4ST); “*rapaz, é pouca demais*” (EST1); “*na minha opinião, aqui a demanda de técnico não é muito grande*” (E6).

O choque com a realidade não é, por si só, capaz de alterar as rotas dos egressos. Muitos permanecem buscando outros cursos de formação aligeirada que prometa a inserção rápida no mercado de trabalho e isso está diretamente ligado à hegemonia da classe dirigente, que inocula nos cérebros destes jovens suas ideias que, para os espoliados, parecem distantes de uma perspectiva classista e política.

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante [...] os indivíduos que constituem a classe dominante também tem, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determina todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda sua extensão e, portanto, entre



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

outras coisas dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época. (Marx; Engels, 1987 p.72).

A precarização do ensino e a diferença estrutural entre os cursos ficou explícita quando foram analisados os estágios obrigatórios, executados no próprio Campus. Enquanto os egressos de Técnicos em Alimentos não relatam problemas, os que cursaram Segurança do Trabalho são unânimes em constatar essa fase da aprendizagem como desqualificada, notadamente por não existir infraestrutura adequada para sua oferta.

Em outros aspectos a precarização atingiu de forma “democrática” os dois cursos. Depoimentos de docentes e egressos afirmam que materiais indispensáveis para o bom desempenho dos alunos, como jaleco, botas e capacetes foram comprados pelos próprios estudantes ou “presenteados” por membros da equipe docente e gestora.

Os auxílios pagos para custear a alimentação e transporte dos estudantes também atrasavam constantemente, havendo relatos de atrasos de até quatro meses. Esse problema também ocorria com o pagamento dos docentes, mas os professores não reclamavam pois já tinham seus proventos como servidores públicos e alguns relatam que o atraso representava a formação de uma “poupança compulsória”.

A oferta de cursos sem a necessária estrutura faz parte de um processo intitulado por Acácia Kuenzer como “inclusão excludente” entendida como “as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente” (Kuenzer, 2002, pp. 13-14). Esta desqualificação apresenta-se como eixo fundamental na execução do Pronatec.

Um resultado da diferença existente dentro do campus entre os cursos técnicos regulares ofertados e aqueles implementados através do Pronatec é o percentual de evasão: o Curso Técnico em Segurança do Trabalho apresentou uma taxa de evasão de 38,7%, e 48% não concluíram o curso Técnico em Alimentos. Neste último curso foram ofertadas 30 vagas, e as aulas já foram iniciadas somente com 25 estudantes, ou seja, apenas 40% das vagas oferecidas resultou na formação de técnicos. É uma evasão bem superior aos dos cursos regulares do campus, onde o maior percentual está na EJA (24%).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Percebemos diferentes motivações foram percebidas para esse fenômeno. Desde a seleção dos cursistas, tida como inadequada, passando pelas aprovações de alunos em cursos superiores até chegar a questões sociais já elencadas na literatura como relevantes, como a necessidade de trabalhar. Cordeiro e Costa (2006, p. 13) alertam para “uma situação de pobreza que acaba determinando, além do ingresso do jovem no trabalho precoce, uma exclusão moral da escola formal, haja vista uma produção de evasão dos espaços escolares quando os jovens buscam no trabalho alguma forma de rendimento e, por outro lado, uma forma de pertencimento”.

Outro aspecto é que, em uma cidade com cerca de 140 mil habitantes e oito escolas estaduais que ofertam ensino médio, todos os estudantes tinham como origem a mesma escola. Segundo os depoimentos colhidos, a incipiente e desorganizada divulgação nos cursos na cidade é a responsável direta por essa concentração.

4. Considerações finais

A formação proposta pelo Pronatec está impregnada de Teoria do Capital Humano, sendo ofertada de maneira muito precária a um público ávido por entrar no mercado de trabalho. O que se constrói é a privatização do processo educativo como um modelo ideal para que sejam anuladas conquistas sociais históricas, com escolas deixando dessa forma de ser o lugar de formação de verdadeiros cidadãos tornando-se um celeiro de deficientes cívicos. (Santos, 2002).

Ao longo de várias décadas de disseminação da ideologia do capital humano, o que se constatou foi que, ao invés de equalização social, como difundira, operou-se a intensificação da concentração de renda e a desigualdade ficou mais acentuada. Contrapondo a ideologia da empregabilidade, ampliou-se o exército de reserva agora com trabalhadores mais qualificados e criou-se um outro tipo de exército, não de reserva, mas de trabalhadores que jamais serão ‘inseridos’ ou ‘incluídos’ ou ‘integrados’ no mercado formal, que vão depender da ‘caridade público-privada’ (Motta, 2008, p. 34).

Para Bowles e Gintis (2014) a Teoria do Capital Humano atribui os males sociais ou pessoais às falhas individuais ou aos problemas do processo de produção, ou seja, é uma excelente ferramenta para manter o atual bloco histórico no poder embora seja pobre em analisar de forma concreta a sociedade. A desqualificação da educação brasileira, notadamente de sua qualificação profissional, é parte da inserção subordinada da economia brasileira no sistema capitalista. Para Rummert, Algebaile e Ventura (2012), a retórica desta inserção, concretizada por documentos



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

oficiais de entidades como a Unesco, justifica a baixa escolarização da classe trabalhadora, preterindo para este setor da população o domínio dos conteúdos científicos e tecnológicos em função de priorizar conhecimentos fragmentados e de caráter comportamental, intensificando a destituição dos direitos dos trabalhadores.

A luta por uma educação profissional de qualidade e por políticas públicas educacionais e de qualificação profissional que representem verdadeiramente os anseios da classe trabalhadora devem de questionar a destinações prioritárias do fundo público, além de denunciar a histórica dualidade educacional. Qualquer iniciativa que vise a democratização do ensino profissional, se não tiver essas questões como norte, continuará a repetir a visão empresarial prevalente das iniciativas neste campo.

Referências

ALVES, Giovanni. Dimensões da reestruturação produtiva. Ensaio de Sociologia do Trabalho. 2º ed. Editora Práxis. 2007.

ALVES-MAZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Thomsom, 2002.

BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert. El problema de la teoría del capital humano: una crítica marxista. **Revista de economía crítica**, n. 18, p. 220-228, 2014.

BRASIL. **Lei 12513/11**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm Acesso em: 29 mai. 2022.

BRASIL. MEC. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11394-atálogo-nacional-versao2012-pdf&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 fev. 2023.

CORDEIRO, Denise; COSTA, Eduardo Antônio. Jovens pobres e a educação profissional no contexto histórico brasileiro. **Revista Trabalho Necessário**, v. 4, n. 4, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes, Campinas**, v. 29, n. 78, p. 201-215, 2009.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

DUFFY, Brendan. Análise de dados documentais. In: BELL, Judith. **Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais para a educação.**

Lisboa: Gradiva, 1997. p. 35-37.

FRIGOTTO, Gaudêncio, A produtividade da Escola Improdutiva. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: Fazenda, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez, 1989. p.69-90.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.** São Paulo. Vozes, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

IBGE. **Censo 2022.** Disponível em: [//censo2022.ibge.gov.br/](https://censo2022.ibge.gov.br/). Acesso em: 20 set.2023.

IBGE. **Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2023.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2014/>. Acesso em: 2set. 2023.

IFPE. **Plano de Curso Técnico em Alimentos (Pronatec).** Vitória de Santo Antão, 2012.

IFPE. **Plano de Curso Técnico em Segurança do Trabalho (Pronatec).** Vitória de Santo Antão, 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. **Capitalismo, trabalho e educação**, v. 3, p. 77-96, 2002.

KUENZER, Acácia. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinadas políticas de inclusão. **Educação e Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 877-910, 2006.

KUENZER, Acácia. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação & sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, 2007.

LIMA, Marcos Ricardo de. Pronatec: Uma Crítica na Perspectiva Marxista. **Revista Eletrônica da RET**, Marília, n.11, 2012.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

MOREIRA, Herivelto. **Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP e A, 2006.

MOTTA, Vânia Cardoso da. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 6, p. 549-572, 2008.

PARO, Vitor Henrique. Estrutura da escola e prática educacional democrática. **Anped: 30 anos de pesquisa e compromisso social: resumos**, 2007.

RUMMERT, Sonia Maria; ALGEBAILLE, Eveline; VENTURA, Jaqueline. Educação e formação humana no cenário de integração subalterna no capital-imperialismo. **Jovens, Trabalho e Educação: a conexão subordinada de formação para o capital**. Campinas: Mercado das Letras, p. 15-70, 2012.

SANTOS, M. Os deficientes cívicos. In. O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro. São Paulo: Publifolha, 2002. p. 149-152.

SILVA, Danilma de Medeiros; MOURA, Dante Henrique. A implementação do Pronatec e as implicações na política de educação profissional: o prescrito e o efetivado. **Educação e Pesquisa**, v. 48, 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em 11 de novembro de 2023.

Aprovado em 19 de dezembro de 2023.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.